

A Intervenção da OTAN no Afeganistão

Marli Barros Dias – Universidade de Évora – Portugal
Mestre em Sociologia – Universidade de Évora – Portugal
E-mail: sofiahper@hotmail.com
Fone: (351) 271.214.127

Data de recepção: 30/07/2012
Data de aprovação: 25/09/2012

Resumo: O presente artigo tem por objectivo analisar a intervenção da OTAN no Afeganistão e, através de pesquisas variadas, verificar até que ponto ela tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico da população afegã. Também se propõe analisar os obstáculos encontrados pelos militares da OTAN em relação a questões internas ligadas à cultura e à sociedade e, sobretudo, em relação aos talibans. A linha de estudo prossegue centrada em investigar a OTAN a partir da sua origem e das transformações pelas quais passou ao longo da sua história, bem como a reformulação dos seus conceitos estratégicos e sua intervenção no Afeganistão no combate ao terrorismo, cujos resultados são discutíveis e pouco satisfatórios.

Palavras-chave: Afeganistão – OTAN – Intervenção militar – Talibans – Terroristas



Introdução

A intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Afeganistão é consequência dos atentados terroristas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, e faz parte dos seus conceitos estratégicos do pós-mundo bipolar.

Para compreendermos a OTAN do século XXI e a sua primeira grande intervenção fora de área, que é a do Afeganistão, torna-se necessária uma análise dos seus objetivos passados e presentes. Lembremos que foi perante as mudanças no cenário internacional que a Aliança se alterou e alargou as suas parcerias e modos de atuação.

Nos sessenta anos da sua existência, a Aliança tem procurado adaptar-se aos sucessivos ambientes estratégicos que se vivem no globo, ditados por novos arranjos geopolíticos, novos riscos e ameaças e novas percepções sobre defesa que, progressivamente, vão sendo substituídos por conceitos mais abrangentes de segurança. Concebida como uma aliança político-militar para defesa colectiva de uma sociedade fundamentada num sistema de valores e num estilo de vida que ao tempo estavam confinados a um espaço próprio, as suas adaptações seguiram, cronologicamente e até ao seu desaparecimento, as alterações que se verificaram na ameaça a que fazia face: a URSS, nas suas intenções e capacidades (SANTO, 2010, p. 2).

Foi no contexto de mudanças e novas ameaças mundiais que a OTAN interveio no Afeganistão. A intervenção no Afeganistão, num primeiro momento, foi encabeçada pelos EUA, com o apoio de dezenove membros da OTAN e de vinte e sete parcei-

ros, os quais condenaram, incondicionalmente, os ataques terroristas aos EUA e comprometeram-se no esforço ao combate ao terrorismo; esse compromisso foi formalmente aprovado através de um Plano de Ação da Parceira Contra o Terrorismo.

Os objetivos e estratégias da Operação Liberdade Duradoura foram submetidas a várias revisões durante o curso da guerra – na verdade, durante as primeiras três semanas. Esta turbulência refletiu a dificuldade de encontrar uma estratégia que poderia conciliar os objetivos imediatos de guerra da administração possuindo um conjunto de amplas considerações estratégicas e de longo prazo – como a estabilidade no Afeganistão e na região ao seu redor. Durante a terceira semana da guerra tornou-se claro que não houve tal estratégia disponível, e isso representava uma escolha: ou os Estados Unidos teriam de aceitar a perspectiva de uma guerra mais longa ou anular algumas das suas preocupações mais amplas de estabilidade. Tendo em conta os potenciais riscos políticos associados a qualquer cenário de guerra-longa, esta foi uma escolha fácil de fazer: as preocupações mais amplas foram postas de lado (CONETTA, 2002, p. 10)¹.

1 – The goals and strategy of operation Enduring Freedom underwent several revisions during the course of the war – actually, during its first three weeks. This turbulence reflected the difficulty of finding a strategy that could reconcile the Administration's immediate war aims with a set of broader, longer term strategic considerations – such as stability in Afghanistan and in the region surrounding it. During the war's third week it became clear that there was no such strategy available, and this posed a choice: either the United State would have to accept the prospect of a longer war or set aside some of its broader stability concerns. Given the potential political risks associated with any long-war scenario, this was an easy choice to make: the broader concerns were set aside (CONETTA, 2002, p. 10).

A intervenção efetiva da OTAN no Afeganistão, só aconteceu em agosto de 2003, quando a Aliança assumiu o comando da International Security Assistance Force (ISAF). Desde esse momento, a OTAN passou a ter a responsabilidade de reconstruir o Afeganistão, com a finalidade de reestruturar o Estado a partir de estruturas democráticas e capazes de pacificar o país e permitir melhor desenvolvimento econômico e social para a população local. No entanto, o processo de reconstrução não tem sido fácil, uma vez que enfrenta a insurgência taliban.

1. As fases de intervenção da OTAN no Afeganistão e a inovação da Aliança ante o novo cenário

Ao longo da História, o Afeganistão tem sofrido com as várias migrações no seu território e as suas fronteiras fazem parte de longas disputas. A mais recente intervenção nesse país ocorreu em 2001, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA). Posteriormente, o comando das operações passou para a responsabilidade da OTAN, sob mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), e persiste até hoje.

Em 2001, na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro, os EUA iniciaram uma operação militar no Afeganistão. O objetivo era a captura de integrantes da Al-Qaeda, mais propriamente do seu líder, Osama bin Laden. A intenção norte-americana era destruir a base terrorista da Al-Qaeda que se encontrava no Afeganistão e que estava sob o apoio e a proteção do então Governo *taliban*.

Sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2001, os EUA iniciaram a “guerra contra o terrorismo”. Nessa perspectiva de guerra contra o terror e, segundo as determinações do Governo de George W. Bush, não se fazia a distinção entre terrorismo e *taliban*.

A derrocada do Governo *taliban* frente às Forças Armadas norte-americanas, em dezembro de 2001, não significou na verdade uma vitória definitiva, pois essa ainda não foi, de fato, consolidada, uma vez que as forças talibans ainda continuam ativas. Os objetivos iniciais da guerra cumpriram-se parcialmente e, hoje, a OTAN enfrenta não só a oposição dos talibans, mas também as próprias dificuldades em campo, que se mostram em nível geográfico e cultural, uma vez que os intervenientes não dominam, na verdade, o território e a cultura afegãos.

Iniciou-se uma nova fase da intervenção no Afeganistão a partir da presença efetiva da OTAN no território. Essa presença deve ser descrita em duas fases, ou seja: num primeiro momento, a OTAN participou num sentido mais de inteligência através do fornecimento de informações e de dados aos EUA, e somente numa segunda fase é que ela marcou de fato a sua presença.

A intervenção da OTAN no Afeganistão foi a primeira grande intervenção da Aliança fora da sua área de atuação. Essa também foi a primeira vez em que a Aliança invocou o artigo 5º, isto é: um ataque contra um Estado-membro da Aliança será considerado um ataque contra todos os outros Estados-membros.

Na sequência dos acontecimentos, em dezembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a

criação da International Security Assistance Force (ISAF), cuja função não é a manutenção da paz, mas a criação de condições para a reconstrução do Estado.

Em agosto de 2003, a OTAN assumiu a coordenação estratégica da ISAF e o compromisso de reconstruir o Afeganistão, na medida em que um Estado destruído torna-se inviável quanto à estabilidade, à segurança e à paz: um exemplo do que acabamos de apontar é o Iraque dos nossos dias.

É importante salientar que a intervenção da OTAN no Afeganistão está ligada às alterações realizadas no seu interior perante as mudanças no cenário internacional, nomeadamente com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os atentados terroristas de 11 de setembro.

Com o fim da ameaça soviética e do mundo bipolar, a OTAN passou a ter novas perspectivas, pois os objetivos iniciais já não justificavam a necessidade de a Aliança continuar a existir. Tornou-se necessário rever o seu próprio e conceito estratégico, mas isso não implica dizer que a OTAN deixou de ser uma Aliança Militar.

No pós-Guerra Fria, a Aliança transformou-se profundamente. A sua estratégia deixou de estar exclusivamente concentrada na garantia das funções cruciais, que perderam saliência, como a garantia do equilíbrio estratégico na Europa, da independência política das democracias aliadas e do 'vínculo Transatlântico', e passou a incluir a intervenção militar dos aliados em crises 'fora-da-área' do Tratado de Washington e do próprio 'espaço euro-atlântico' (GASPAR, 2010, p. 15-16).

Em 1991, a OTAN reformulou o seu Conceito Estratégico, o qual já “desenhou” uma nova “cara” no que respeita ao diálogo e cooperação com outros parceiros e, em 1997, na Cimeira de Bruxelas, foi instituída a parceria para a paz (*Partnership for Peace*). Ocorreu uma evolução do relacionamento, o que tornou necessário o avanço para além do diálogo e obrigou a providenciar-se, para cada parceiro, um plano individual de cooperação. Os objetivos da OTAN deixaram de estar unicamente centrados em interesses militares.

No Plano de Ação está incluído o combate ao terrorismo bem como a partilha de conhecimentos e experiências no combate ao mesmo. Há uma revisão em termos de perspectivas, e novas necessidades são apresentadas no contexto de um mundo global, no qual as ameaças são novas, mais complexas e globais. Os conflitos já não são marcados por Forças Armadas contra Forças Armadas, mas por grupos não estatais e por radicais e capazes de transcenderem as fronteiras físicas.

No novo milênio, a OTAN pode ser descrita do seguinte modo:

O Conceito Estratégico aprovado na Cimeira de Washington de abril de 1999 (que é aquele que actualmente vigora) dedica-se seis dos seus 65 parágrafos ao tema *Partnership, Cooperation and Dialogue*. [...] a Aliança é uma força positiva para a promoção da segurança e da estabilidade através da zona euro-atlântica e que pretende, através dos seus contactos e abertura, preservar a paz, apoiar a democracia, contribuir para a prosperidade e progresso e gerar parcerias autênticas com e entre todos os países democráticos naquela zona (PEREIRA, 2010, p. 139).

É importante considerarmos que, em termos das parcerias, os parceiros não têm uma visão homogênea em relação às ameaças em nível global. Isso pode ser verificado de acordo com o esquema elaborado pelo general Gabriel Augusto do Espírito Santo:

“Áreas de risco comparadas por percepção”

Área de Risco	Estados Unidos	Reino Unido	Europa Ocidental	Europa de Leste
Afeganistão	5	5	4	2
Paquistão	5	5	3	1
Míssil Nuclear, Irã	5	5	5	4
Al-Qaeda	5	5	4	4
Dissuadir a China nos estreitos	5	3	2	1
Estados Falhados	3	3	4	3
Dissuasão face à Rússia	3	4	3	5
Segurança no Médio Oriente	4	4	4	4
Proliferação de Armas de Destruição Massiva (WMD)	4	4	4	4
Ciberataques	3	3	3	3

Fonte: Gal. SANTO (2010).

De entre as maiores ameaças, em termos gerais, encontram-se o Afeganistão / Al-Qaeda, fatos que são mais evidentes na percepção dos EUA, do Reino Unido e da Europa Ocidental. Isto justifica-se pelo fato de que nestes países e regiões estão presentes os maiores centros financeiros e de poder em nível mundial, os quais são os principais alvos dos terroristas. Prova

disso foi o atentado em 11 de setembro de 2001. Segundo Jean Baudrillard,

As Twin Towers foram destruídas ou ruíram?

Explico-me: as duas torres são simultaneamente um objecto físico, arquitectural e um objecto simbólico (simbólico do poder financeiro e do liberalismo mundial). O objecto arquitectural foi destruído, mas era o objecto simbólico que estava na mira e que se queria aniquilar. Poderíamos pensar que foi a destruição física que implicou o desabamento simbólico. Mas, na verdade, ninguém antecipou – nem mesmo os terroristas – a destruição total das torres. Foi pois, efectivamente, o seu desabamento simbólico que implicou o seu desabamento físico e não o contrário (BAUDRILLARD, 2007, p. 15).

Este é o contexto da nova realidade mundial, ou seja, estamos ante novos tipos de ameaças, novos alvos, incluindo alvos civis. O atual Conceito Estratégico da OTAN, aprovado em 2010, na Cimeira de Lisboa, contempla as necessidades mais urgentes deste milénio. As alterações no campo da defesa e da segurança aconteceram em virtude das mudanças ocorridas em nível global. São privilegiadas novas estruturas não só de defesa e de segurança, mas também de intervenção e de desenvolvimento através da manutenção da paz.

A OTAN coloca, para si e para os seus parceiros, a responsabilidade de inibir a proliferação de armas nucleares, bacteriológicas e químicas, o tráfico de armas e de pessoas, o combate ao terrorismo e ao narcotráfico que ameacem a segurança da

Aliança, mesmo que esses conflitos estejam fora das suas fronteiras. A Aliança não é somente defensiva, mas também possui um cariz interventivo. Alargou a sua área de influência e, até mesmo, passou a absorver questões humanitárias, que até então estavam sob a responsabilidade da ONU. Ao assumir a coordenação da ISAF, a OTAN assumiu, também, um compromisso de certo modo “humanitário” no Afeganistão.

2. A reconstrução do Afeganistão pela OTAN

O fato de a reconstrução do Afeganistão ser feita de fora para dentro suscita dúvidas, pois está a ser realizada de acordo com a visão ocidental e fere o Direito Internacional, uma vez que violou o direito de soberania. Perante o Direito Internacional, todo Estado tem o direito de se autodeterminar e de conduzir o seu povo sem interferências externas.

A própria Carta das Nações Unidas proíbe a intervenção estrangeira em questões internas dos Estados. O capítulo I, artigo 2.º da Carta das Nações Unidas, os itens 3 e 4 dizem o seguinte:

Item 3 – Os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas;

Item 4 – Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Apesar das contradições existentes na intervenção da OTAN no Afeganistão, têm ocorrido alguns avanços significativos no trabalho da Aliança, principalmente no que se refere à reconstrução de escolas, hospitais, construção de poços, treino da Polícia afegã, com a finalidade de melhorar a capacidade do Exército Nacional Afegão, combate aos grupos terroristas, entre outros. De acordo com a revista *Foreign Affairs*:

Entre 2001 e 2009, quase todos os indicadores de desenvolvimento humano apresentaram melhora mensurável. Ao final de 2008, 80 por cento da população tinha acesso aos serviços básicos de saúde, acima dos oito por cento da população em 2001. Também em 2008, as crianças afegãs foram sendo imunizadas contra difteria, tétano, tosse convulsa e DPT, na mesma taxa que as crianças no resto do mundo e em uma taxa mais elevada do que no resto do sul da Ásia. A taxa de mortalidade infantil caiu em um terço, e a expectativa de vida avançou para cima. Após a queda do Taliban, as matrículas escolares dispararam de 1,1 milhões de estudantes em 2001 para 5,7 milhões de estudantes em 2008 - um terço dos quais eram meninas - prometendo duplicar ou triplicar a taxa de alfabetização no Afeganistão em uma década (MILLER, 2011, p. 57)².

2 – Between 2001 and 2009, almost every indicator of human development showed measurable improvement. By late 2008, 80 percent of the population had access to basic health services, up from eight percent the population in 2001. Also by 2008, Afghan children were being immunized against diphtheria, pertussis, and tetanus (DPT) at the same rate as children in the rest of the world and at a higher rate than in the rest of South Asia. The infant mortality rate fell by a third, and life expectancy inched upward. After the fall of the Taliban, school enrollment skyrocketed from 1.1 million students in 2001 to 5.7 million students in 2008 – a third of whom were girls – promising to double or triple Afghanistan’s literacy rate in a decade (MILLER, 2011, p. 57).

É importante ressaltar que muitas dessas ações de reconstrução, várias vezes são interrompidas para combater os ataques *talibans*, que continuam ativos e, conseqüentemente, atrapalham o processo de reconstrução, o que nos leva a crer que a OTAN está sendo eficaz em alguns aspectos, no Norte do país, mas não no combate aos radicais que dominam o Sul do Afeganistão. Portanto, os avanços alcançados pela OTAN, em nível econômico e social, não se referem à totalidade do território afegão, mas em parte.

É necessário não deixarmos passar despercebido o fato de que o Afeganistão, além de ser um “Estado falhado”, tem fronteiras fictícias, principalmente com o Paquistão, onde historicamente as montanhas que separam os dois países não estão sob a jurisdição de nenhum Governo oficial, mas de relações tribais. Isso permite que os terroristas tenham muita facilidade de circulação e de proteção de seus “irmãos” de religião ou de tribos. Há, também, as facilidades para o narcotráfico. “A combinação de fronteiras permeáveis e instituições frágeis torna os Estados fracos particularmente vulneráveis” (PINTO, 2007, p. 14).

Além das adversidades acima mencionadas, os militares da OTAN esbarram na dificuldade de comunicação com a sociedade afegã, que é formada a partir de várias etnias que falam vários idiomas. O único elemento cultural que unifica aquele povo é a religião islâmica, visto que 84% da população são muçulmanas. É um país essencialmente pobre e, segundo os dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 2010, esse país, em relação ao IDH, ocupa o 155º lugar (PNUD, 2010).

Os dados do PNUD contrastam com o artigo apresentado pela revista *Foreign Affairs*, que descreve um importante desenvolvimento econômico do Afeganistão a partir da intervenção da OTAN através da ISAF.

O resultado foi um sucesso dramático e não anunciado anteriormente. Em parte por causa do auxílio internacional dos EUA, o Afeganistão experimentou um boom econômico pós-talibã. O PIB real cresceu quase 29 por cento só em 2002 - mais rápido do que a Alemanha Ocidental em 1946 - e uma média de 15 por cento de crescimento anual lícita 2001-2006, fazendo com que o Afeganistão seja uma das economias que mais crescem no mundo (era peitoril da média de 13,5 por cento através de 2009, depois de uma seca em 2008). O ritmo do seu crescimento foi devido, em parte, à baixa base de onde tinha começado, mas o ritmo acelerado em si foi uma importante conquista. O Afeganistão não tinha crescido significativamente em mais de duas décadas, o boom econômico sinalizou uma nova era na vida afegã (MILLER, 2011, p. 56-57)³.

Esse rápido crescimento econômico tem que ser entendido a partir da situação caótica do país, quando a ISAF, sob a

3 – The result was an unheralded and dramatic success. Partly because of U.S. and international aid, Afghanistan experienced a post-Taliban economic boom. Real GDP grew by nearly 29 percent in 2002 alone - faster than West Germany in 1946 - and averaged 15 percent annual licit growth from 2001 to 2006, making Afghanistan one of the fastest-growing economies in the world (it was sill averaging 13.5 percent through 2009, after a drought in 2008). The pace of its growth was due in part to the low base from which it had started, but the rapid pace itself was an important achievement. Afghanistan had not grown significantly in more than two decades; the economic boom signaled a new era in Afghan life (MILLER, 2011, p. 56-57).

coordenação da OTAN, iniciou o trabalho de reconstrução. O Afeganistão encontrava-se em “destroços” e desprovido de estruturas básicas e das mínimas condições de desenvolvimento quer econômicas ou sociais, e por esse motivo os avanços alcançados representam um nível elevado uma vez que eram inexistentes mesmo as estruturas básicas desse Estado.

Independentemente de ter ocorrido esse saldo econômico e social positivo, o Afeganistão e a sua população continuam pobres. Essa situação de pobreza está ligada à violência quase permanente e à corrupção, as quais inibem o desenvolvimento econômico e social. O governo de Hamid Karzai, por exemplo, “colocado” no poder pelos EUA, também está envolto na corrupção e foi reeleito através de eleições fraudulentas.

Perante os entraves à intervenção da OTAN e aos altos custos que essa intervenção tem acarretado, principalmente para os EUA, surgiu, então, a proposta do “Plano B”, que consiste em dividir o Afeganistão em dois. O Norte, onde a OTAN atua, seria pacificado, mas o Sul ficaria sob o domínio dos talibans (BLACWILL, 2011).

Esse plano excluiria as temíveis áreas das montanhas. Essa estratégia visa a reduzir os altos custos que tem causado aos EUA, e uma medida estratégica deste país era se retirar do Afeganistão e evitar a sua permanência por tempo indeterminado, embora a retirada de tropas do Afeganistão já esteja prevista. Na verdade, somente o êxito dessa campanha no Afeganistão permitirá a saída dos EUA e da OTAN daquele país.

Uma retirada rápida do território do Afeganistão, de acordo com o ponto de vista norte-americano, levaria os talibans a tomarem o poder e provocaria uma guerra civil. A negociação da OTAN

com os talibans, visando à estabilidade do país, seria uma hipótese, mas isso não é fácil e eles não têm demonstrado interesse em torno da reconciliação. Entre todas essas questões há, também, por parte dos EUA, os elevados custos para pouco retorno.

Uma alternativa, por exemplo, seria a de manter o curso de contra-insurgência no Afeganistão, não importa quanto tempo leva, e talvez até expandir o compromisso existente. Este curso não faria sentido porque os interesses dos EUA no Afeganistão não são altos o suficiente para justificar tal investimento. Os Estados Unidos agora implantam cerca de 100.000 tropas sobre o Afeganistão, ainda de acordo com a CIA, existindo hoje entre 50 e 100 combatentes da al Qaeda lá. Que entre 1.000 e 2.000 soldados e talvez um bilhão de dólares por cada ano-terrorista muito além de qualquer despesa razoável de recursos EUA dadas as apostas envolvidas. O objetivo militar original dos EUA no Afeganistão era destruir a al Qaeda, não para combater o Taliban no Afegão, e esse objetivo foi amplamente alcançado (BLACKWILL, 2011, p. 46)⁴.

4 - One alternative, for example, would be to stay the counterinsurgency course in Afghanistan no matter how long it takes, and perhaps even expand the existing commitment. This course would not make sense because U.S. interest in Afghanistan are not high enough to justify such an investment. The United States now deploys about 100,000 troops in Afghanistan, yet according to the CIA, there are now only 50 to 100 al Qaeda fighters there. That in between 1,000 and 2,000 soldiers and perhaps a billion dollars per terrorist each year - far beyond any reasonable expenditure of U.S. resources given the stakes involved. The original U.S. military objective in Afghanistan was to destroy al Qaeda, not to fight the Afghan Taliban, and that goal has largely been accomplished. Original U.S. military objective in Afghanistan was to destroy al Qaeda, not to fight the Afghan Taliban, and that goal has largely been accomplished (BLACKWILL, 2011, p. 46).

Além das hipóteses levantadas, há a preocupação norte-americana para com pontos fundamentais como, por exemplo, a necessidade de não permitir a volta dos talibans a Cabul, a continuidade da Al-Qaeda na fronteira com o Paquistão, o que obriga a existência de uma base antiterrorista no Afeganistão e, também, o fato de que a região poderá permitir aos terroristas o acesso às armas nucleares.

Todas essas dificuldades levam os EUA a repensar as suas possibilidades e custos no Afeganistão e, ao que parece, não acreditam numa vitória nessa intervenção. É uma situação complexa, pois também contam com a desaprovação por parte de muitos e enfrentam, juntamente com a OTAN, a oposição da etnia Pastun, que é contra a ocupação ocidental agravada pela debilidade e corrupção do Governo afegão, o que compromete ainda mais a obtenção do êxito nessa intervenção.

A debilidade do Governo afegão é um fato. Embora os EUA, juntamente com a OTAN, tenham tentado erigir um Governo centralizado no Afeganistão, na verdade, isso ainda não aconteceu. Originariamente, o Afeganistão tem a sua política descentralizada e tribal, na qual a presença de tribos é muito forte e, em muitas situações, determinante, com as suas estruturas, valores, costumes e história.

3. As implicações por detrás do “plano B” e a divisão do Afeganistão

Na verdade, a proposta como a do “Plano B” nada mais é do que uma tentativa de desonerar o Estado norte-americano e de fazer uma retirada menos humilhante. Porém, ao analisarmos o “Plano B”, verificamos que este viola claramente o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas.

Talvez, nesse momento, a grande questão não seja, pelo menos para a OTAN, a divisão do Afeganistão. O seu grande desafio é a consolidação das conquistas realizadas em termos econômicos e sociais, mesmo que elas se tenham verificado apenas em parte do país. Essa é a parte que vai exigir um grande empenho por parte da Aliança, pois terá que enfrentar as forças opostas que estão presentes no território, e não são somente os talibans, mas também as diferentes etnias.

A consolidação dos esforços alcançados passa, inevitavelmente, pela necessidade de um Afeganistão unido e forte enquanto Estado e capaz de desarticular os talibans e demais grupos radicais que são, na verdade, um contrapoder à espreita de um vazio de poder para se instalarem. Para que tal aconteça, necessitam apenas de uma lacuna deixada pelo poder legítimo.

Nesse contexto, os valores democráticos poderão enfrentar grandes obstáculos à medida que avançarem e puserem em causa alguns princípios, valores tradicionais e religiosos intrínsecos à população. Nesse momento, pode ocorrer uma viragem para o lado que mantém intactos os valores partilhados por toda

a sociedade ou, pelo menos, pela sua maioria. Entre os muçulmanos há diferenças, mas estas perdem-se frente à fé que os unifica, cujo denominador comum é a rejeição aos valores ocidentais. A intervenção no Afeganistão pode ser a grande aventura da OTAN, marcada por grandes custos humanos e financeiros e, ainda, juntamente com os EUA, há o risco de ficarem desmoralizados – à semelhança da derrota humilhante sofrida pela URSS frente aos mujehadins, na guerra de 1979-1988.

A grande justificativa da intervenção da OTAN no Afeganistão, a “caça” ao terrorista Osama bin Laden, já não existe mais. Ele está morto, mas nada se alterou naquele país. Desde a morte de Osama bin Laden, verifica-se que os embates continuam numa clara demonstração de que o terrorismo, hoje, seja no Afeganistão ou no mundo, não está na dependência de um único líder.

Ante os constantes embates com os talibans, cabe a seguinte questão: Hoje, contra quem a OTAN está a lutar? Contra a Al Qaeda? Ou somente contra os talibans? O que tudo indica é que a OTAN tem travado batalhas diretas com os talibans, mas para quê? As respostas podem ser de acordo com várias hipóteses e podem ser satisfatórias ou não, dependendo do ponto de vista de cada um.

Os acontecimentos que têm ocorrido no Afeganistão demonstram, por vezes, que a presença da OTAN naquele país não é solução para o bem-estar da população local, que se vê entre um poder militar ocidental e o desejo de poder e de dominação talibans.

É incontestável o fato de que os talibans querem o poder.
Segundo Ali Kamel,

nas sociedades muçulmanas hoje, a tomada de poder é o coração do programa fundamentalista. Eles sabem que fundamentalista sem poder político é um leão sem dentes: não apedreja, não fere, não mata, não obriga a usar o véu; apenas prega a sua visão estreita do mundo (KAMEL, 2007, p. 162).

O grande desafio da OTAN vai ser, até 2014, ano em que está prevista a sua retirada, vencer os vários desafios que tem a sua frente. Até lá, a Aliança deve cumprir com todos os seus objetivos e, mais do que isso, consolidá-los. Sem a consolidação da reconstrução do país, a OTAN não poderá reclamar a vitória, e o Afeganistão continuará a ser uma porta aberta ao terrorismo, ao comércio de drogas e o contato praticamente direto com o Paquistão, que é uma potência nuclear, que poderá colocar o mundo em risco. Do nosso ponto de vista, a derrota taliban não se constrói de fora para dentro, mas ao contrário. Somente a rejeição total da população afegã poderá derrotar os talibans; caso contrário, a derrota será da OTAN e dos seus parceiros.

Considerações finais

Após quase onze anos de intervenção da OTAN no Afeganistão, cumpriram-se parcialmente os objectivos, mas não é possível dizer que a guerra está ganha ou perdida: o que há é a indeterminação e um elevado custo humano e financeiro, principalmente para os EUA, que gastam dois bilhões de dólares por

semana. De acordo com Joseph Stiglitz, a análise custos/benefícios dessa guerra não tem um resultado positivo. O impacto dessa guerra, em termos econômicos, para os EUA, tem servido para diminuir o seu crescimento econômico (STIGLITZ, 2011).

A guerra dos EUA contra a Al-Qaeda, em 2001, derivou na necessidade de intervenção direta no Afeganistão, tendo culminado na queda do Governo taliban e na reformulação estratégica para, a longo prazo, promover a reconstrução deste país, considerado um “Estado falhado”, cuja falta de estruturas sólidas beneficia os terroristas. Ora, são precisamente essas estruturas básicas que a OTAN está tentando construir e, em alguns casos, reconstruir.

A população alcançou algumas melhorias em nível do desenvolvimento econômico e social, desde a intervenção da OTAN, mas isso não pressupõe que deixou de ser uma população muito pobre. Graves problemas econômicos e sociais ainda persistem.

No processo de reconstrução do Afeganistão os avanços econômicos e sociais alcançados pela população afegã através da OTAN não têm sido fáceis. A Aliança enfrenta sérias dificuldades para desenvolver o seu trabalho, pois, além da oposição taliban, existem as dificuldades em relação à cultura, costumes e valores afegãos.

A reconstrução, que está sob responsabilidade da OTAN, não parece ter levado em conta o “mosaico” étnico que existe naquele país. Se, ao princípio, tivesse sido formado um Governo de coligação entre as diferentes tribos, talvez o avanço do trabalho realizado pela OTAN e a sua consolidação tivessem um futuro

mais promissor e avanços econômicos e sociais mais significativos.

O trabalho realizado pela OTAN, no Afeganistão, além de custos humanos oriundos da guerra e, também, os altos custos financeiros, permitem-nos dizer que a Aliança assumiu uma aventura. As dificuldades enfrentadas pela Aliança são de diversa natureza.

Efectivamente, a questão da contribuição de recursos constitui, ainda hoje, uma fonte de discórdia dentro da organização. De facto, o reduzido contingente de tropas destacadas no Afeganistão é apontado como um dos principais motivos para a pouca eficácia da ISAF. Isto porque o menor número de forças para combate e reconstrução implica níveis mais baixos de segurança, menor crescimento económico e, também – não menos importante – menor confiança na missão em si (PINTO, 2008, p. 20-21).

Hoje, o efetivo militar da OTAN não é pequeno, mas não é o suficiente para fazer com que os *talibans* se sintam intimidados ou, muito menos, derrotados. O que de fato tem aumentado são os ataques violentos. Em 2009, o número de militares mortos no Afeganistão chegou a um total de 521, e, no ano de 2010, essa cifra totalizou 692 mortos.

Os Estados Unidos e seus aliados não estão no curso para derrotar o exército Taliban. Existem hoje cerca de 150.000 soldados dos EUA – liderados pela Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão. Este é mais 30.000 soldados do que a União

Soviética implantou na década de 1980, mas menos da metade do número necessário para ter alguma chance de pacificar o país, segundo a norma da doutrina da contra-insurgência (BLACKWILL, 2011, p. 42)⁵.

O Afeganistão não foi pacificado, e a sua reconstrução por parte da OTAN está acontecendo em parte e não no todo. A Aliança quer, para esse país, um Governo centralizado num mundo tribal e a aplicação da democracia ocidental numa sociedade formada por um “caldo” cultural onde a maioria absoluta da população é muçulmana. Isso, mais do que incerto, é improvável.

Referências

BLACKWILL, D. Robert. *Plan B in Afghanistan: Why a De Facto Partition Is the Least Bad Option*. *Foreign Affairs*, vol. 90, 1, p. 42-50, 2011.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS [online]. 1945 [acesso em 04-04-2011]. Disponível em <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE//pm/Tratados/carta-onu.htm>>.

CONETTA, Carl. *Strange Victory: A Critical Appraisal of Operation Enduring Freedom and the Afghanistan War*. Massachusetts: Commonwealth Foundation Cambridge, 2002.

CORDESMAN, H. Antony. *The Lessons of Afghanistan: Warfighting, Intelligence, Force Transformation, Counterproliferation, and Arms Control*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2002.

5 – The United States and its allies are not on course to defeating the Taliban military. There are now about 150,000 U.S. - led International Security Assistance Force (ISAF) troops in Afghanistan. This is 30,000 more troops than the Soviet Union deployed in the 1980s, but less than half the number required to have some chance of pacifying the country, according to standard counterinsurgency doctrine (BLACKWILL, 2011, p. 42).

- ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *O Novo Conceito Estratégico da NATO: Que opções?* [online]. 2010 [acesso] em 18-03-2011]. Disponível em <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?id=544>>.
- GASPAR, Carlos. O Conceito Estratégico da Aliança Atlântica. *Cidadania e Defesa*, 126, p. 11-36, 2010.
- KAMEL, Ali. *Sobre o Islã: A Afinidade entre Muçulmanos, Judeus e Cristãos e as Origens do Terrorismo*, 7 reimp., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- LADEN, bin Najwa *et al.* *A Minha Vida Com Osama Bin Laden*. Trad. Mário Dias Correia, Alfragide: Asa II, 2010.
- MILLER, Paul D. "Finish the Job: How the War in Afghanistan Can Be Won". *Foreign Affairs*, vol. 90, 1, p. 51-65, 2011.
- MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. *A Violência do Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, Trad. Ana Paula de Viveiros, 2007.
- NATO/OTAN – "A Transformação da OTAN". [online]. s.d. [acesso em 09-03-2011]. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/nato-trans/nato-trans-por.pdf>>.
- NATO/OTAN – "Strategic Concept For the Defense and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Adopted by Heads of States and Government in Lisbon" [online]. 2010 [acesso em 18-03-2011]. Disponível em <<http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>>.
- PEREIRA, Manuel Fernandes. "As Parcerias Estratégicas da NATO". *Cidadania e Defesa*, 126, p. 135-144, 2010.
- PINTO, Maria do Céu. "A Evolução da Conflitualidade – Caracterização e Tendências dos Actuais Conflitos". *Cidadania e Defesa*, 28, p. 12-15, 2007.
- PINTO, Maria do Céu. "A NATO e o Processo de Reconstrução do Afeganistão". *Cidadania e Defesa*, 31, p. 20-22, 2008.
- PNUD. "PNUD Lança o Índice de Desenvolvimento Humano 2010" [online]. 2010 [acesso em 28-03-2011]. Disponível em <<http://hdr>.

undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-pt.pdf>.

RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS – “Número de Mortes no Afeganistão sobe 15% em 2010” [online]. 2011 [acesso em 19-03-2011]. Disponível em <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/193082.html>> (19-03-2011).

SOUTO, Eliezer de Queiroz; GALVÃO, Daniela Lopes. “A Atuação da OTAN Diante da Crise Regional do Afeganistão Após o Atentado ao World Trade Center em 2001” [online]. 2010 [acesso em 05-04-2011]. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7800>.

STIGLITZ, Joseph; BILMES, Linda. “Three Trillion Dollar War – The true cost of the Iraq and Afghanistan Conflicts” [online]. 2011 [acesso em 26-04-2011]. Disponível em <<http://threetrilliondollarrwar.org>>.

The NATO Intervention in Afghanistan

Abstract: The present article aims at analysing the NATO intervention in Afghanistan. The objective of our research is to verify to what extent it has contributed to the socio-economic development of the Afghan population. This paper also analyses the obstacles encountered by NATO militaries in relation to internal affairs associated with culture, society, and taliban. This study focuses on investigating NATO from its origins and changes undergone throughout its history, as well as its concepts and its intervention in Afghanistan concerning the combat to terrorism, whose results are debatable and unsatisfactory.

Keywords: Afeghanistan – NATO – Military Intervention – Taliban – Terrorists